

# SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo

CNPJ : 61.699.567/0008-69

**Nota da Administração**



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina**, das quais fazem parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo**.

**Relatório da Administração:** Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. S.<sup>as</sup> o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2015 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), Hospital Universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretoria primária de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho

Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28/02/2016. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira**. - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M..

## Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Ativo	2.015	2.014
<b>Ativo Circulante</b>	<b>197.970.305,61</b>	<b>152.369.961,39</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>844.753,81</b>	<b>621.823,89</b>
Caixa	-	-
Bancos conta movimento (nota 3.1)	16.211,62	72.286,39
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	828.542,19	549.537,50
<b>Contas a receber (nota 3.3)</b>	<b>194.432.434,30</b>	<b>148.765.069,61</b>
Secretaria Saúde do Estado de São Paulo	-	-
- HCLPM- Mogi (nota 3.3.1)	158.622.355,50	113.483.856,78
Valores em Negociação- Contrato/Convênio (nota 3.3.2)	15.705.168,93	19.576.043,90
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (nota 3.3.3)	20.104.909,87	15.705.168,93
<b>Outros Crédito (3.4)</b>	<b>791.633,42</b>	<b>725.968,32</b>
Adiantamentos a fornecedores (nota 3.4.1)	94.426,55	97.566,99
Antecipações salariais	16.035,81	19.375,01
Antecipação de férias (nota 3.4.2)	494.326,98	495.171,41
Outros créditos e adiantamentos (nota 3.4.3)	38.395,92	539,81
Depósito judicial (nota 3.4.4)	148.448,16	113.315,10
<b>Despesas Pagas Antecipadamente</b>	<b>8.816,07</b>	<b>9.589,63</b>
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 3.5)	8.816,07	9.589,63
<b>Estoques</b>	<b>1.892.668,01</b>	<b>2.247.509,94</b>
Estoque Materiais e Medicamentos (notas 3.6 e 3.23)	1.892.668,01	2.247.509,94
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>62.638.554,46</b>	<b>177.344.344,36</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo (3.7.)	57.268.250,64	171.804.751,92
Valores a receber	5.370.303,82	5.539.592,44

## Comparativo das Demonstrações de Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Passivo	2.015	2.014
<b>Passivo Circulante</b>	<b>197.906.501,33</b>	<b>152.179.878,09</b>
Fornecedores (nota 3.9)	1.974.361,68	5.677.039,52
Serviços de Terceiros Pessoa Física/Jurídica (nota 3.10)	1.811.649,61	1.175.488,93
Salários a pagar (nota 3.11)	3.652.740,30	4.275.529,79
Contribuições a recolher (nota 3.12)	897.438,69	1.123.355,42
Provisão de férias (notas 3.13 e 3.15)	6.657.673,91	7.363.362,97
Provisão de FGTS sobre férias (nota 3.14)	532.613,91	589.069,04
Provisão de despesas com quitações (nota 3.15)	20.104.909,87	19.576.043,90
Impostos a recolher (nota 3.13)	1.022.263,76	1.475.939,63
Obrigações Tributárias (nota 3.17)	293.766,98	161.470,79
Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03 (nota 3.18)	57.467,56	112.615,21
Acordo Trabalhista a pagar (nota 3.19)	1.731,93	16.945,46
Outras contas a pagar (nota 3.22)	1.669.658,74	2.236.471,55
Recebimento de materiais de terceiros (nota 3.23)	149.596,83	88.771,03
Outros valores de terceiros (nota 3.21)	18.009,95	1.051,25
Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.24)	159.062.617,61	108.306.723,60
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>62.702.358,74</b>	<b>177.534.427,66</b>
Provisão de Despesa Processo Cíveis (nota 3.20)	53.082,37	58.582,37
Provisão de Despesa Processo Trabalhistas (nota 3.20)	10.721,91	131.500,93
Obrigações - Bens Móveis de terceiros (nota 3.26)	15.490.980,20	14.263.788,71
Ajustes vida útil econômica-Bens Móveis Terceiros (nota 3.8.1)	-10.120.676,38	-8.724.196,27
Valores de Terceiros (nota 3.7)	57.268.250,64	171.804.751,92
<b>Total do Passivo</b>	<b>260.608.860,07</b>	<b>329.714.305,75</b>
<b>Patrimônio Líquido (nota 5)</b>	-	-
Resultado do Exercício Anterior	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Resultados de exercícios anteriores	-	-
Resultado no período - Superávit (nota 3.28)	-	-
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>260.608.860,07</b>	<b>329.714.305,75</b>

## Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Descrição	2.015	2.014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	-	-
Resultados do exercício/período	-	-
Ajuste nas contas patrimoniais	-	-
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	-	-
(Aumento) Redução em contas a receber	68.804.245,05	(288.727.631,57)
(Aumento) Redução em estoques	433.677,68	1.981.364,09
Aumento (Redução) em fornecedores	(3.123.021,52)	2.147.510,43
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(65.891.971,29)	284.240.508,97
Aumento (Redução) no imposto de renda e contribuição social	-	-
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(169.288,62)	1.494.176,09
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais</b>	<b>53.641,30</b>	<b>1.135.928,01</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>	-	-
(-) Compras de imobilizado	-	-
(-) Adição de Bens de Terceiros	169.288,62	(1.494.176,09)
(-) Adição de bens intangíveis	-	-
Aquisição de ações/cotas	-	-
Recebimento por vendas de ativos permanentes	-	-
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividade de investimentos</b>	<b>169.288,62</b>	<b>(1.494.176,09)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	-	-
Integralização de Capital	-	-
Pagamentos de lucros e dividendos	-	-
Empréstimos tomados	-	-
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	-	-
Juros recebidos de empréstimos	-	-
Juros pagos por empréstimos	-	-
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividade de financiamentos</b>	-	-
Aumento (Redução) nas disponibilidades	222.929,92	(358.248,08)
<b>No início do período</b>	<b>621.823,89</b>	<b>980.071,97</b>
<b>No final do período</b>	<b>844.753,81</b>	<b>621.823,89</b>

## Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Descrição	2.015	2.014
<b>1 - Receitas</b>	<b>158.231.037,02</b>	<b>164.061.968,18</b>
1.1) Prestação de serviços	134.081.695,71	137.689.433,36
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	-	-
1.3) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercício Anterior	772.122,58	520.728,39
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	23.364.585,92	25.851.806,43
1.5) Isenção usufruída sobre Trabalho Voluntário	12.632,81	-
<b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>57.196.721,18</b>	<b>48.748.493,18</b>
2.1) Matérias-primas consumidas	-	38.889,39
2.2) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	20.142.009,59	23.129.746,96
2.3) Serviço de terceiros e outros	37.054.711,59	25.579.856,83
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	-	-
<b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>101.034.315,84</b>	<b>115.313.475,00</b>
<b>4 - Retenções</b>	-	-
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	-	-
<b>5 - Valor Adicionado Líquido Produzido Entidade (3-4)</b>	<b>101.034.315,84</b>	<b>115.313.475,00</b>
<b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>545.481,77</b>	<b>451.929,81</b>
6.1) Receitas financeiras	545.481,77	451.929,81
<b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>	<b>101.579.797,61</b>	<b>115.765.404,81</b>
<b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>101.579.797,61</b>	<b>115.765.404,81</b>
8.1) Pessoal e encargos	75.984.809,09	87.665.317,48
8.2) Impostos, taxas e contribuições	45.941,42	53.440,30
8.3) Juros	238.625,38	30.953,53
8.4) Aluguéis	1.933.202,99	2.163.887,07
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	23.364.585,92	25.851.806,43
8.6) Isenção usufruída sobre Trabalho Voluntário	12.632,81	-
8.7) Lucros retidos / prejuízo do exercício	-	-

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2.015 e 2.014

e desenvolvimento sistêmico dos processos de qualidade, sendo hoje certificado nível 3 da ONA - Organização Nacional de Acreditação, conferindo credibilidade tanto na qualidade da assistência à saúde quanto na gestão. verificar se a Durante a evolução do hospital na região alcançamos algumas premiações concedidas pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, sendo eles: "Prêmio Ideia Saudável" - pelas ações em sustentabilidade; "Acolhimento com Classificação de Risco" - pelo trabalho e resultados obtidos no atendimento por prioridade no Pronto Socorro e o "Prêmio Amigo do Meio Ambiente" em virtude do trabalho de conscientização e prevenção do meio ambiente. A Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo desde o início do ano de 2014 em parceria com o HCLPM iniciou obras para construção de Unidade de Cuidados Intensivos (Coronariana), além de área para realização de Radioterapia, contribuindo de forma essencial com suporte em Terapia Intensiva e evolução dos cuidados e assistência oncológica aos pacientes do Alto Tietê, com previsão de finalização das obras em 2016. Em outubro de 2013 inauguramos a Ressonância Magnética, com atendimento de 250 pacientes/mês e, em setembro do mesmo ano iniciamos as cirurgias oftalmológicas. Atualmente o Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo possui contrato de gestão Nº 001/0500/000.041/2012, assinado em 25.06.2012 com prazo de 5 (cinco) anos com vigência de 01/07/2012 até 30/06/2017. O valor global do contrato é de R\$572.682.506,40 (Quinhentos e setenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, quinhentos e seis reais e quarenta centavos). **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM - enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. **1.1 - Requisitos para imunidade tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (artigos 5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (artigo 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (artigo 25 XIX e artigo 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (artigo 46 I) e Assembleia Geral dos Associados (artigo 19 V do Estatuto Social). **1.2 - Isenção Tributária e Característica da Isenção.** A SPDM, também se enquadra no conceito de isenção

das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09, regulamentada pelo Decreto nº 7.237/10, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: • a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contra-partida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; • há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **1.3 - Requisitos para Manutenção da Isenção Tributária.** A Lei 12.101 de 27/11/2009 estabelece em seu artigo 29 e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar no 123, de 14/12/2006. Em outubro de 2013 a Lei 12.868 trouxe alterações ao artigo 29 estabelecendo em 3 novos parágrafo que: § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput não impede; I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. § 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições: I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste artigo; e II - o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo. § 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2.015, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil,

*continua* ▶



### continuação

características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - Res. 1.330/11 (NBC ITG 2000).** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19/12/2.013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo** - Rua Manuel de Oliveira, s/n - Vila Mogilar - Mogi das Cruzes - SP CEP 08773-130 - CNPJ nº 61.699.567/0008-69. **3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações.** Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.). **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

Descrição	31.12.2015 R\$	31.12.2014 R\$
Saldo em Caixa	-	-
Saldo em Bancos	16.211,62	72.286,39
Aplicações Financeiras	828.542,19	549.537,50
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>844.753,81</b>	<b>621.823,89</b>

Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2015 o montante de R\$ 844.753,81 (Oitocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e três reais e oitenta e um centavos), conforme demonstrado no quadro acima. **3.2 - Aplicações Financeiras (\*)**: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	31/12/2015	31/12/2014
Banco do Brasil S/A	CDB/RDB e BB Reaplicação	R\$ 566.232,82	R\$ 442.748,32
Banco do Brasil S/A	Poupança	R\$ 262.309,37	R\$ 106.789,18
<b>Total Aplicação</b>		<b>R\$ 828.542,19</b>	<b>R\$ 549.537,50</b>

(\*) As aplicações financeiras são consideradas Equivalentes de Caixa por permitirem que a qualquer momento, sem perda dos juros transcorridos, possa se resgatar o valor integral informado no extrato. **3.3 - Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas.

**3.3.1 - Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta em 2015 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão nº 001/0500/000.041/2012, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, totalizaram R\$ 158.622.355,50 ( Cento e cinquenta e oito milhões, seiscentos e vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos). **3.3.2 - Valores em Negociação:** Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por contado modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. Os valores registrados nesta conta em 2015 representam o montante de R\$ 15.705.168,93 (Quinze milhões, setecentos e cinco mil, cento e sessenta e oito reais e noventa e três centavos). **3.3.3 - Estimativas de Rescisão Contratual:** A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 14 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu estimativa possível rescisão contratual entre a SPDM E SES. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2015, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativas de Rescisão Contratual	Saldo em 31.12.2015
Aviso Prévio Indenizado	R\$ 6.416.585,26
Multa FGTS Rescisória (50%)	R\$ 13.688.324,61
<b>Total</b>	<b>R\$ 20.104.909,87</b>

**3.4 - Outros Créditos:** Representam valores e outras contas a receber normalmente não relacionados com o objeto principal da instituição. **3.4.1 - Adiantamento a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamento realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte, vale refeição e alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente. **3.4.2 - Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação trabalhista (CLT) em vigor. **3.4.3 - Outros Créditos e Adiantamentos:** Representam valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde. **3.4.4- Depósito Judicial:** Representam valores depositados em juízo com o objetivo de garantir a execução do débito trabalhista para apresentação de embargos da decisão judicial, nas obrigações em pecúnia. **3.5 - Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos, predial e máquinas. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores seguros são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.6 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2.015 é de R\$ 1.892.668,01 (Hum milhão, oitocentos e noventa e dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e um centavo). A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas. (Resolução CFC No. 1.170/09 (NBC TG 16)).

Tipo	31/12/2015	31/12/2014
Materiais utilizados no setor de Nutrição	80.510,04	139.335,66
Materiais utilizados no setor de Farmácia	992.594,09	1.258.644,40
Materiais de Almoarifado	819.563,88	849.529,88
<b>Total</b>	<b>1.892.668,01</b>	<b>2.247.509,94</b>

**3.7 - Valores a Receber - (Ativo Não Circulante):** Os valores registrados nesta conta em 2015 representam valores a receber de longo prazo, relativos ao contrato de gestão nº 001/0500/000.041/2012, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, totalizaram R\$ 57.268.250,64 (Cinquenta e sete milhões, duzentos e sessenta e oito mil, duzentos e cinquenta reais e sessenta e quatro centavos). **3.8 - Imobilizado:** O imobilizado de uso da SPDM - Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo, é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual.

Descrição	Demonstrativo da movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2015.			
	Posição em 31/12/2014	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2015
<b>Imobilizado - Bens de Terceiros</b>	<b>14.263.788,71</b>	<b>1.227.191,49</b>	-	<b>15.490.980,20</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>14.263.788,71</b>	<b>1.227.191,49</b>	-	<b>15.490.980,20</b>
Aparelho Equipamento Utensílios Medicos Odontológicos Laboratório	10.119.390,43	1.011.262,12	-	11.130.652,55
Equipamento Processamento de Dados	1.166.935,78	80.959,83	-	1.247.895,61
Mobiliário em Geral	1.827.322,08	30.717,00	-	1.858.039,08
Maquina Utensílios e Equipamento Diversos	680.953,15	44.709,74	-	725.662,89
Veículos de Tração Mecânica	56.012,68	-	-	56.012,68
Aparelhos de Medição	27.723,17	-	-	27.723,17
Aparelho e Equipamento Comunicação	72.070,65	549,00	-	72.619,65
Aparelho e Utensílios Domésticos	200.017,65	8.393,80	-	208.411,45
Maquina e Equipamento de Natureza Industrial	45.900,59	-	-	45.900,59
Maquinas e Equip Energéticos	510,00	-	-	510,00
Maquinas e Equipamento Gráficos	8.188,00	-	-	8.188,00
Equipamento para Áudio Vídeo e Foto	31.555,63	-	-	31.555,63
Maquinas e Utens de Escritório	13.014,41	-	-	13.014,41
Maquina Ferram e Utensílios de Oficina	14.194,49	-	-	14.194,49
Software	-	50.600,00	-	50.600,00
<b>Total Imobilizado - Terceiros</b>	<b>14.263.788,71</b>	<b>1.227.191,49</b>	-	<b>15.490.980,20</b>

Descrição	Demonstrativo da movimentação dos Ajustes de Bens do Ativo Imobilizado em 2015				Taxas anuais médias de Ajustes %
	Posição em 31/12/2014	Baixa	Ajuste do Exercício	Posição em 31/12/2015	
<b>Ajuste vida útil econômica de Bens de Terceiros</b>	<b>(8.724.196,27)</b>	-	<b>(1.396.480,11)</b>	<b>(10.120.676,38)</b>	
<b>Bens Móveis</b>	<b>(8.724.196,27)</b>	-	<b>(1.396.480,11)</b>	<b>(10.120.676,38)</b>	
Aparelho Equipamento Utensílios Medicos Odontológicos Laboratório	(5.558.677,10)	-	(1.082.700,18)	(6.641.377,28)	10,00
Equipamento Processamento de Dados	(1.106.131,65)	-	(40.267,03)	(1.146.398,68)	20,00
Mobiliário em Geral	(1.508.576,42)	-	(179.217,14)	(1.687.793,56)	10,00
Maquina Utensílios e Equipamento Diversos	(224.042,84)	-	(64.341,85)	(288.384,69)	10,00
Veículos de Tração Mecânica	(56.012,68)	-	-	(56.012,68)	-
Aparelhos de Medição	(25.902,25)	-	(1.820,92)	(27.723,17)	10,00
Aparelho e Equipamento Comunicação	(71.526,23)	-	(87,02)	(71.613,25)	10,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(78.911,25)	-	(22.152,68)	(101.063,93)	10,00
Maquina e Equipamento de Natureza Industrial	(41.809,43)	-	(695,40)	(42.504,83)	10,00
Maquinas e Equipamento Energéticos	(510,00)	-	-	(510,00)	-
Maquinas e Equipamento Gráficos	(8.188,00)	-	-	(8.188,00)	-
Equipamento para Áudiovídeo e Foto	(18.152,81)	-	(3.115,56)	(21.268,37)	10,00
Maquinas e Utens de Escritório	(11.561,12)	-	(1.239,00)	(12.800,12)	10,00
Maquina Ferramenta e Utensílios de Oficina	(14.194,49)	-	-	(14.194,49)	-
Software	-	-	(843,33)	(843,33)	20,00
<b>Total do Ajuste do Valor Econômico Acumulada</b>	<b>(8.724.196,27)</b>	-	<b>(1.396.480,11)</b>	<b>(10.120.676,38)</b>	

Segundo o inciso II do § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº. 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **3.9 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.10 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiro pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços gerais como limpeza e vigilância. **3.11 - Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS FGTS E PIS.

Contribuições a recolher	Saldo em 31.12.2015
INSS	R\$ 319.412,07
FGTS	R\$ 571.959,14
Contribuições Sindical	R\$ 6.067,48
<b>Total</b>	<b>R\$ 897.438,69</b>

**3.13 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS Prestados.

Impostos a recolher	Saldo em 31.12.2015
IRRF a recolher	R\$ 1.022.263,76

**3.14 - Provisões Trabalhistas (Férias, FGTS e 13º salário):** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.15 - Estimativas de Rescisão Contratual:** Conforme Nota Explicativa 3.3.3, a Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12, e passou a constituir provisões para rescisões de contrato. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado. **3.16 - Estimativas Contábeis.** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.17 - Obrigações Tri-**

SPDM - Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo								
Passivo Contingencias								
Trabalhista			Cível			Tributária		
Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
10.721,91	5.133.069,37	-	53.082,37	5.095.932,70	-	-	-	176.332,56

**3.21-Outros Ativos e Passivos.** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. A unidade Hospital Luzia de Pinho Melo já teve sua imunidade reconhecida pela RFB e a entidade aguarda decisão sobre as demais. **3.22 - Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados abaixo, se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. **3.23 - Outros Valores de Terceiros:** Os valores contabilizados referem-se a créditos recebidos indevidamente a serem regularizados no prazo médio de 30 dias. **3.24 - Convênios / Contratos públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante):** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 8 e 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em 31.12.2015 representa R\$ 159.062.617,61 ( Cento e cinquenta e nove milhões, sessenta e dois mil, seiscentos e dezessete e sessenta e um reais ), a serem realizados nos respectivos exercícios, até o final do contrato em 30.06.2017. **3.25 - Empréstimos de Material de Terceiros:** A unidade afiliada SPDM, mantém contrato de empréstimo de uso temporário o qual deve ser devolvido após uso ou dentro de um prazo predeterminado através de política na gestão de suprir as necessidades de atendimentos emergenciais nas unidades com relação a materiais e medicamentos. Esses materiais passam a fazer parte do estoque de suprimentos, e são devolvidos no prazo determinado, perfazendo em 31/12/2015 um saldo de R\$ 167.606,78 (Cento e sessenta e sete reais, seiscentos e seis reais e setenta e oito centavos). **3.26 - Bens de Terceiros:** Os bens registrados nestas contas pertencem à Secretaria Municipal de Saúde do Estado de São Paulo, tendo em vista que foram adquiridas com os recursos advindos dos Planos

de Terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. **3.8.1 - Ajuste do Tempo de Vida Útil:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 - Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2015.			
Posição em 31/12/2014	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2015
14.263.788,71	1.227.191,49	-	15.490.980,20
14.263.788,71	1.227.191,49	-	15.490.980,20
10.119.390,43	1.011.262,12	-	11.130.652,55
1.166.935,78	80.959,83	-	1.247.895,61
1.827.322,08	30.717,00	-	1.858.039,08
680.953,15	44.709,74	-	725.662,89
56.012,68	-	-	56.012,68
27.723,17	-	-	27.723,17
72.070,65	549,00	-	72.619,65
200.017,65	8.393,80	-	208.411,45
45.900,59	-	-	45.900,59
510,00	-	-	510,00
8.188,00	-	-	8.188,00
31.555,63	-	-	31.555,63
13.014,41	-	-	13.014,41
14.194,49	-	-	14.194,49
-	50.600,00	-	50.600,00
<b>Total Imobilizado - Terceiros</b>	<b>14.263.788,71</b>	<b>1.227.191,49</b>	<b>15.490.980,20</b>

Descrição	Demonstrativo da movimentação dos Ajustes de Bens do Ativo Imobilizado em 2015				Taxas anuais médias de Ajustes %
	Posição em 31/12/2014	Baixa	Ajuste do Exercício	Posição em 31/12/2015	
<b>Ajuste vida útil econômica de Bens de Terceiros</b>	<b>(8.724.196,27)</b>	-	<b>(1.396.480,11)</b>	<b>(10.120.676,38)</b>	
<b>Bens Móveis</b>	<b>(8.724.196,27)</b>	-	<b>(1.396.480,11)</b>	<b>(10.120.676,38)</b>	
Aparelho Equipamento Utensílios Medicos Odontológicos Laboratório	(5.558.677,10)	-	(1.082.700,18)	(6.641.377,28)	10,00
Equipamento Processamento de Dados	(1.106.131,65)	-	(40.267,03)	(1.146.398,68)	20,00
Mobiliário em Geral	(1.508.576,42)	-	(179.217,14)	(1.687.793,56)	10,00
Maquina Utensílios e Equipamento Diversos	(224.042,84)	-	(64.341,85)	(288.384,69)	10,00
Veículos de Tração Mecânica	(56.012,68)	-	-	(56.012,68)	-
Aparelhos de Medição	(25.902,25)	-	(1.820,92)	(27.723,17)	10,00
Aparelho e Equipamento Comunicação	(71.526,23)	-	(87,02)	(71.613,25)	10,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(78.911,25)	-	(22.152,68)	(101.063,93)	10,00
Maquina e Equipamento de Natureza Industrial	(41.809,43)	-	(695,40)	(42.504,83)	10,00
Maquinas e Equipamento Energéticos	(510,00)	-	-	(510,00)	-
Maquinas e Equipamento Gráficos	(8.188,00)	-	-	(8.188,00)	-
Equipamento para Áudiovídeo e Foto	(18.152,81)	-	(3.115,56)	(21.268,37)	10,00
Maquinas e Utens de Escritório	(11.561,12)	-	(1.239,00)	(12.800,12)	10,00
Maquina Ferramenta e Utensílios de Oficina	(14.194,49)	-	-	(14.194,49)	-
Software	-	-	(843,33)	(843,33)	20,00
<b>Total do Ajust</b>					



**continuação**

referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados, classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos da instituição e foram segregados, classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. **4.3 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas e quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2015 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 594.792,31 (Quinhentos e noventa reais, setecentos e noventa e dois reais e trinta e um centavos), enquanto que em 2014 foi de R\$ 171.822,26 (Cento e setenta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e vinte e seis centavos). **4.4- Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos.** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. CNPJ nº 61.699.567/0008-69

Convênios/Contratos	R\$
Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo - Termo Aditivo 01/2015	127.699.091,48
Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo - Aporte de Recursos - Termo Aditivo 02/2015	4.000.000,00
Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo - Aporte de Recursos- Termo Aditivo 03/2015	8.000.000,00
<b>Total</b>	<b>139.699.091,00</b>

**5- Patrimônio Líquido:** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, não houve movimentação na DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, nos períodos de 31.12.2013, 31.12.2014 e 31.12.2015, respectivamente. **6 - Resultado do Exercício:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução CFC 1305/2013 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Em 2015, a instituição recebeu repasses e outras receitas no montante de R\$ 141.038.713,31 (Cento e quarenta e um milhões, trinta e mil, setecentos e treze reais e trinta e um centavos) e, seus recursos foram diretamente aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade gerenciada, correspondente a R\$ 135.421.318,02 (Cento e trinta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e um mil, trezentos e dezoito reais e dois centavos), considerando custos e despesas operacionais no mesmo período. Dessa forma, se houvesse apuração de déficit ou superávit do exercício, a instituição encerraria o exercício com um resultado superavitário de R\$ 5.617.395,29 (Cinco milhões, seiscentos e dezessete mil, trezentos e noventa e cinco reais e vinte e nove centavos) demonstrando o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Esse superávit ficará consignado em conta específica do passivo, denominada "convênios/contratos públicos a realizar", até o final da execução do contrato de gestão. **7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS.** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da S.P.D.M.

Dr. João Luiz de Miranda Rocha - Diretor Técnico

Ana Maria Gonçalves Shimizu - Contadora CRC-1SP 210330/O-9

**Ata da 24ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas:** Data, Horário e Local: Ao 18/04/2016, às 09h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Clóvis R. Nakaie, Dra. Maria Inês Dolci e o Sr. José Eduardo Ribeiro, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Ticão") e Dr. Paulo Paiva. **Convidados:** Prof. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliva, Mário Silva Monteiro, Nacime Salomão Mansur, Dr. Anderson Viar Ferraresi, Sra. Thais Pinhão e os Srs. Enio Santos e Srs. Mateus Ferreira e Ricardo Monello - Auditores Associados da Audisa. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2015 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestões Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia:** **1- Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2.015 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Novo de Abril de Juruti (JURUTI), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO). **2- Parecer da Assembléia Geral dos Associados:** A Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2.015, Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; compreendendo as demonstrações de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas filiais, as Instituições: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Novo de Abril de Juruti (JURUTI), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psíquica (CAPS), Rede de Assistência Supervisão Técnica da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ), AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU de Santa Catarina (PAIS SAMU), São Paulo (PAIS-SP), PAIS Administração (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família RJ (PABSF), PABSF Americana (AMERICANA), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII) -, PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT) e o CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social. Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2015. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Thiatane Paixão Alves, na qualidade de secretária desta reunião, elaborei a presente ata que segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente. São Paulo, 18/04/2.016. Thiatane Alves - Secretária; Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo SPDM. **3- Parecer do Conselho Fiscal:** Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Tendo em vista o artigo 46 do Estatuto da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2.015 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; compreendendo as demonstrações de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas filiais, as Instituições: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Novo de Abril de Juruti (JURUTI), Hospital Municipal Dr.

com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o Artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. **O Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo**, apresentou em 2015 a seguinte produção:

Produção Total referente ao ano de 2015	SUS
<b>Linha de Atendimento Internações</b>	
Saída Hospitalar	13.291
Nº de paciente dia	101.524

Linha de Contratação Internações	1º Semestre		2º Semestre		Acumulado	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Saída Hospitalar - Total	5.532	6.678	5.532	6.613	11.064	13.291
Hd/Cir. Ambulatorial - Total	1.594	1.532	1.586	2.208	3.180	3.740
<b>Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)</b>	<b>84.000</b>	<b>83.938</b>	<b>84.000</b>	<b>67.549</b>	<b>168.000</b>	<b>151.487</b>
Consulta de urgência	84.000	83.938	84.000	67.549	168.000	151.487
<b>Atendimento Ambulatorial - Total</b>	<b>58.350</b>	<b>54.621</b>	<b>58.350</b>	<b>58.249</b>	<b>116.700</b>	<b>112.870</b>
<b>Sadt Externo - Total</b>	<b>9.066</b>	<b>8.210</b>	<b>9.066</b>	<b>8.954</b>	<b>18.132</b>	<b>17.164</b>
<b>Tratamento Especializado - Total</b>	-	-	-	-	-	-
Tratamento onco - Quimioterapia	3.024	3.653	3.024	4.574	6.048	8.227

**9 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CE-BAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita brutas empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 20/08/2014, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000-153024/2014-03. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício de 2015 se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R\$ 23.377.218,73 ( Vinte e três milhões, trezentos e setenta e sete mil, duzentos e dezoito reais e setenta e três centavos). Em 02/09/2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 1970 de 16/08/2011, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso III alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados.** Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2015, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica monta em R\$ 18.633.757,06 (Dezoito milhões seiscentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e sete reais e seis centavos). Em 2014, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 21.370.803,94 (Vinte e um milhões, trezentos e setenta mil, oitocentos e três reais e noventa e quatro centavos). **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros.** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2015 atingiu um montante de R\$ 312.232,87 (Trezentos e doze mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e sete centavos). Em 2014 o referido valor de receita totalizou R\$ 350.319,49 (Trezentos e cinquenta mil, trezentos e dezoito reais e quarenta e nove centavos). **9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2015 foi de R\$ 4.022.450,87 (quatro milhões, duzentos e vinte mil, quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e sete centavos). Tomando-se por base os recur-

Nº de Cirurgias	5.221
<b>Diárias de UTI - Total</b>	<b>4.831</b>
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	151.487
<b>Atendimento Ambulatorial - Total</b>	<b>112.870</b>
Consulta médica	98.758
Atendimento não médico	14.112
HD/Cirurgia ambulatorial	3.740
<b>SADT - Total</b>	<b>17.164</b>
Quimioterapia	8.227

**8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão:** O Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo, apresentou no ano de 2015 o seguinte Relatório de Execução:

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2015						
Linha de Contratação Internações	1º Semestre		2º Semestre		Acumulado	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Saída Hospitalar - Total	5.532	6.678	5.532	6.613	11.064	13.291
Hd/Cir. Ambulatorial - Total	1.594	1.532	1.586	2.208	3.180	3.740
<b>Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)</b>	<b>84.000</b>	<b>83.938</b>	<b>84.000</b>	<b>67.549</b>	<b>168.000</b>	<b>151.487</b>
Consulta de urgência	84.000	83.938	84.000	67.549	168.000	151.487
<b>Atendimento Ambulatorial - Total</b>	<b>58.350</b>	<b>54.621</b>	<b>58.350</b>	<b>58.249</b>	<b>116.700</b>	<b>112.870</b>
<b>Sadt Externo - Total</b>	<b>9.066</b>	<b>8.210</b>	<b>9.066</b>	<b>8.954</b>	<b>18.132</b>	<b>17.164</b>
<b>Tratamento Especializado - Total</b>	-	-	-	-	-	-
Tratamento onco - Quimioterapia	3.024	3.653	3.024	4.574	6.048	8.227

sos recebidos em 2014, esse montante foi de R\$ 4.130.683,00 (Quatro milhões, cento e trinta mil, seiscentos e oitenta e três reais). **9.4 - Isenção do Programa de Integração Social (PIS).** Em 2015, a unidade Hospital Luzia de Pinho Melo já teve sua imunidade reconhecida pela RFB. A isenção do Programa de Integração social (PIS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2015 foi de R\$ 396.145,02 (Trezentos e noventa e seis mil, cento e quarenta e cinco reais e dois centavos). **9.5 - Trabalho Voluntário.** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Em 2015, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 9.028,13 enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 3.604,68. Em 2014 a entidade entendeu por bem não mensurar esta atividade. **10 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC No. 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Mogi das Cruzes, 31/12/2015.

continua



## continuação

cial da Parí, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARÍ), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família RJ (PABSF), PABSF Americana (AMERICANA), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII) -, PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT) e o CTI -

**Relatório dos Auditores Independentes:** A Diretoria: 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo, que compreende o Balanço Patrimonial em 31/12/2015, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequação apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 3) **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos

Centro de Tecnologia e Inclusão Social Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 11/04/2016. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro; Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta; Profa. Dra. Ruth Guinsberg.

relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 4) **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo em 31/12/2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5) **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2015, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 31/03/2016. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP 024298/O-3; **Ricardo Roberto Monello** - Contador - CT - CRC.: 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; **Alexandre Chiaratti do Nascimento** - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

## CLOSING CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº12.476.409/0001-68

## Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2015 (em reais)			Demonstrações do Resultado dos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2015 (em reais)	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativo Circulante</b>	<b>66.176,84</b>	<b>1.118.871,21</b>	<b>31,71</b>	<b>1.736,20</b>
Caixa e equivalentes de caixa	34.385,95	1.092.121,95	31,71	1.736,20
Impostos a Recuperar	31.594,86	26.553,23	-	-
Adiantamentos	196,03	196,03	-	-
<b>Não Circulante</b>	<b>2.897.346,40</b>	<b>2.728.809,86</b>	<b>150.000,00</b>	<b>-</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>2.897.346,40</b>	<b>2.728.809,86</b>	<b>150.000,00</b>	<b>-</b>
Conta Corrente	150.000,00	5.323,90	-	-
Investimentos	2.747.346,40	2.723.485,96	-	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.963.523,24</b>	<b>3.847.681,07</b>	<b>2.813.491,53</b>	<b>3.845.944,87</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo Circulante</b>	<b>31,71</b>	<b>1.736,20</b>	<b>31,71</b>	<b>1.736,20</b>
Obrigações Fiscais e Sociais	31,71	1.736,20	-	-
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>150.000,00</b>	<b>-</b>	<b>150.000,00</b>	<b>-</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>150.000,00</b>	<b>-</b>	<b>150.000,00</b>	<b>-</b>
Conta Corrente	150.000,00	-	-	-
Patrimônio Líquido	2.813.491,53	3.845.944,87	-	-
Capital Social	100.000,00	100.000,00	-	-
Reserva de Lucros	2.713.491,53	3.745.944,87	-	-
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>2.963.523,24</b>	<b>3.847.681,07</b>	<b>2.813.491,53</b>	<b>3.845.944,87</b>
<b>Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício Finto em 31 de Dezembro de 2015 (em reais)</b>				
	31/12/2015	31/12/2014		
Resultado Líquido do Exercício	25.220,36	310.830,13		
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>25.220,36</b>	<b>310.830,13</b>		
<b>Demonstração do Valor Adicionado do Exercício Finto em 31 de Dezembro de 2015 (em reais)</b>				
	31/12/2015	31/12/2014		
1. Receitas	-	-		
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	(33.482,17)	(44.249,70)		
3. Valor Adicionado Bruto	(33.482,17)	(44.249,70)		
4. Valor Adicionado Líquido Produzido	(33.482,17)	(44.249,70)		
5. Valor Adicionado Recebido em Transferência	26.534,14	259.704,63		
5.1) Equivalência Patrimonial	26.534,14	259.704,63		
6. Distribuição do Valor Adicionado	(6.948,03)	215.454,93		
7. Valor Adicionado Total a Distribuir				
7.1) Impostos, taxas e contribuições	2.111,18	121,89		
7.2) Despesas tributárias	5.271,26	18.411,70		
7.3) Despesas financeiras	(39.550,83)	(113.908,79)		
7.4) Lucros retidos/prejuízo do exercício	25.220,36	310.830,13		
<b>Total</b>	<b>(6.948,03)</b>	<b>215.454,93</b>		
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2015 (em reais)</b>				
	Capital Social	Resultados Acumulados	Total	
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>100.000,00</b>	<b>3.585.114,74</b>	<b>3.685.114,74</b>	
Integralização de Capital	-	-	-	
Lucros Distribuídos	-	(150.000,00)	(150.000,00)	
Resultado do Exercício	-	310.830,13	310.830,13	
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>100.000,00</b>	<b>3.745.944,87</b>	<b>3.845.944,87</b>	
Ajuste de exercícios anteriores	-	9.326,30	9.326,30	
Lucros Distribuídos	-	(1.067.000,00)	(1.067.000,00)	
Resultado do Exercício	-	25.220,36	25.220,36	
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>100.000,00</b>	<b>2.713.491,53</b>	<b>2.813.491,53</b>	

o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. O gerenciamento dos negócios da companhia considera o valor em uso e que todos os seus ativos não circulantes compõem uma única unidade geradora de caixa. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. j) **Divulgação de informações por segmento:** As receitas da companhia findo no exercício de 31 de dezembro de 2015 se concentraram somente na sua atividade fim, de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, consideradas uma única unidade geradora de caixa, não havendo outros segmentos de negócios a serem divulgados. k) **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. l) **Pronunciamentos contábeis:** Para o exercício de 2015, foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2015, a Companhia adotou todas aquelas à ela aplicáveis. m) **Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor. Com base em uma análise preliminar, a Companhia não espera impactos relevantes, pela adoção dos pronunciamentos, em suas demonstrações. 4. **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Estão assim apresentados nas demonstrações contábeis:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e Bancos	20.926,12	478,28
Aplicações	13.459,83	1.091.643,67
<b>Total</b>	<b>34.385,95</b>	<b>1.092.121,95</b>

5. **Mútuo com partes relacionadas - Saldos Ativo:** A sociedade mantém no Realizável à Longo Prazo os seguintes saldos de mútuo:

Descrição	2015	2014
Infrainvest Asset Management	0,00	5.323,90
Darjan Participações S.A	32.928,00	0,00
Cialo Participações S.A	43.902,00	0,00
Goldenbank Participações S.A	73.170,00	0,00
<b>Total</b>	<b>150.000,00</b>	<b>5.323,90</b>

O contrato possui cláusula de prazo de vencimento indeterminado, podendo ser renovado conforme as partes dispuserem. O contrato não possui cláusulas de acréscimos a qualquer título. 6. **Investimentos:** Os investimentos compõem-se dos valores abaixo discriminados:

Descrição	Athos Empreendimento Imobiliário Ltda
<b>Informações sobre as controladas</b>	<b>31.12.2015</b>
Capital Social	1.000,00
Número de quotas de capital	1.000
Patrimônio Líquido	5.494.692,79
<b>Informações sobre os investimentos nas controladas:</b>	<b>31.12.2014</b>
Capital Social	1.000,00
Número de quotas de capital	1.000
Patrimônio Líquido	5.441.624,51

duzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CLOSING em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Claudio Caldas Bianchessi** - Contador CRC 1RS 34.686 T-4 "SP" 001714 **Claudio Bianchessi & Associados Auditores S/S** CRC 2SP 019128/O-2

## Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da CLOSING CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES S.A. SÃO PAULO - SP. Examinamos as demonstrações contábeis da CLOSING CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES S.A. ("CLOSING"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da CLOSING é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, con-